



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da prova discursiva-redação.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever as respostas das questões discursivas, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Sociedade do espetáculo: mal de uma época

“Nosso tempo prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser. O cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado.” Essas palavras do filósofo Feurbach nos dizem algo fundamental sobre nossa época. Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação. As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não mais pode ser restabelecida.

O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Como parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência. Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação entre pessoas, mediatizadas por imagens.

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado exprime-se assim: quanto mais contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes, apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível.

A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que deveria agir como um sujeito real aparece no fato de que os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que os apresenta a ele. Eis por que o espectador não se sente em casa em parte alguma, porque o espetáculo está em toda parte. Eis por que nossos valores mais profundos têm dificuldade de sobreviver em uma sociedade do espetáculo, porque a verdade e a transparência, que tornam a vida realmente humana, dela são banidas e os valores, enterrados sob o escombros das aparências e da mentira, que nos separam, em vez de nos unir.

(Adaptado de Maria Clara Lucchetti Bingemer, revista **Adital**)

1. De acordo com a citação do filósofo Feurbach, na abertura do texto, vive-se num tempo em que
- (A) o plano das coisas, uma vez sacralizado, faz desaparecer o plano dos nossos valores espirituais.
 - (B) a mera representação das coisas adquire uma relevância maior que a das coisas em si mesmas.
 - (C) a valorização de processos ilusórios faz com que as pessoas se prendam cada vez mais aos ritos sagrados.
 - (D) as imagens e as coisas mundanas captam nossa atenção de tal modo que já não as distinguimos umas das outras.
 - (E) a verdade das imagens e a ilusão das representações delas confundem nossa percepção e nossos sentidos.

2. Para a autora do texto, uma característica essencial da *sociedade do espetáculo* está no modo como o homem moderno
- (A) valoriza uma experiência direta das coisas e dos fenômenos, em detrimento de qualquer tipo de abstração.
 - (B) revela-se um alienado, quando suprime a contemplação dos objetos para analisar criticamente a imagem que eles têm.
 - (C) subordina sua consciência a um processo de representações, que ele contempla e adota como um mundo unificado.
 - (D) delega aos produtores de espetáculos a representação de uma ilusão que ele teme reconhecer dentro de si mesmo.
 - (E) age em relação ao mundo das imagens e das representações coletivas, destituindo-as de qualquer significação.

3. O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação.

A identificação acima entre os elementos sublinhados é fundamentada na precisa convicção de que o *espetáculo* é

- (A) *uma relação entre pessoas, mediatizadas por imagens.*
- (B) *algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível.*
- (C) *algo separado, o foco do olhar iludido e da falsa consciência.*
- (D) *uma grande diversidade de fenômenos aparentes.*
- (E) *a alienação do espectador em proveito do objeto contemplado.*

4. *As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não pode ser restabelecida.*

Considerando-se o contexto, infere-se da afirmação acima que

- (A) a fragmentação da vida em imagens é um fenômeno natural da história humana, estando presente em todas as civilizações.
- (B) o curso comum das imagens, não obstante sejam estas fluentes, acaba por unificá-las dentro da vida, com a qual se fundem.
- (C) o sentido da unidade da vida é comparável ao que detêm as imagens que fluem e se fundem num curso comum.
- (D) a vida já se estabeleceu como unidade, antes que esta fosse rompida pelas imagens que, em nosso tempo, fluem desligadas.
- (E) a unidade da vida será restabelecida apenas quando as imagens, ainda que desligadas entre si, substituem as próprias coisas.



5. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Justamente pelo fato de o espetáculo estar em toda parte é que os homens de hoje, numa sociedade em que funcionam como espectadores, não se sentem em casa em lugar nenhum.
- II. A verdade e a transparência, identificadas como valores autenticamente humanos, são incompatíveis com os que regem a sociedade do espetáculo.
- III. Na sociedade do espetáculo, a desejável ação do sujeito dá lugar a um estado de recriação das imagens exteriores, que lhe faculta reconhecer-se a si mesmo.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

6. Estão inteiramente respeitadas as normas de concordância verbal em:

- (A) Quando às coisas se preferem a imagem delas, privilegia-se o espetáculo das aparências.
- (B) As palavras do filósofo Feurbach, um pensador já tão distante de nós, mantém-se como um preciso diagnóstico.
- (C) O que resultam de tantas imagens dominantes são a identificação dos indivíduos com algo exterior a eles.
- (D) Já não se distingue nos gestos dos indivíduos algo que de fato os identifique como autênticos sujeitos.
- (E) Cabem-nos, a todos nós, buscar preservar valores como a verdade e a transparência, ameaçados de desaparecimento.

7. Na frase *Eis por que o espectador não se sente em casa em parte alguma, porque o espetáculo está em toda parte*, os elementos sublinhados podem ser corretos e respectivamente substituídos por

- (A) a razão pela qual e visto que.
- (B) por cujo motivo e visto que.
- (C) a finalidade pela qual e dado que.
- (D) o motivo por onde e conquanto.
- (E) a alegação de que e conquanto.

8. No trecho *quanto mais contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes, menos ele compreende a sua própria existência* expressa-se uma relação de

- (A) causalidade entre *menos vive* e *mais aceita*.
- (B) oposição entre *mais contempla* e *mais aceita*.
- (C) exclusão entre *menos vive* e *menos compreende*.
- (D) alternância entre *mais contempla* e *mais aceita*.
- (E) proporção entre *mais contempla* e *menos vive*.

9. A frase que **admite** transposição para a voz passiva é:

- (A) O *cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado*.
- (B) O *conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos*.
- (C) O *espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação*.
- (D) *As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida (...)*.
- (E) *Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência*.

10. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Nem todos acatarão de que a sociedade do espetáculo seja malévola, uma vez que suas imagens são parte constituída ao nosso modo de viver.
- (B) Muita gente reputa às imagens e às representações a qualidade de mascararem nossa própria personalidade, quando não a expandem.
- (C) O primado das imagens sobre as coisas vem demonstrando, em nosso tempo, a supremacia do que é aparente em relação ao que é essencial.
- (D) Ocorre que quando se valoriza as imagens em detrimento das coisas, elas nem sempre se tornam visíveis ao ponto de se distinguirem das demais.
- (E) A absorção que todo espetáculo nos imputa é tamanha que, quando menos atentamos, já somos parte dele, em estado de inconsciência.

Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Nova infância?

*Até onde posso avaliar, parece que já não existem mais crianças como as de antigamente – o que equivale a dizer que talvez seja preciso redefinir o que vem a ser **infância**. Quem viveu no tempo em que a rua era o espaço natural de todos os jogos e brincadeiras, palco das conversas e das piadas, cenário da vida coletiva, lamentará o quanto as crianças de hoje vivem reclusas nas casas e nos apartamentos. Seja por questão de segurança (medo da rua), seja pela avalanche das novidades tecnológicas e dos brinquedos eletrônicos, o sedentarismo infantil é um fenômeno que se alastra por toda parte.*

Trata-se de uma anomalia cruel: as crianças, seres naturalmente carregados de energia e vitalidade, estão vivendo longas horas diárias de concentração solitária e de imobilidade. Diante das telas e dos monitores, satisfazem-se com o movimento virtual, com a investigação a distância, com a experiência imaginária. O prazer do convívio vem sendo perigosamente substituído pelo sentimento de autossuficiência. Que tipo de sociedade estamos constituindo?

(Herculano Menezes, inédito)

11. O que está referido no texto como *anomalia cruel* consiste no fato de que as crianças de hoje

- (A) estão desenvolvendo uma extraordinária capacidade de concentração.
- (B) ignoram as atividades criativas que lhes estão sendo oferecidas.
- (C) manifestam uma curiosidade precoce pela tecnologia e pela ciência.
- (D) entregam-se a práticas que implicam passividade e sedentarismo.
- (E) revelam um prazer mórbido ao demonstrarem sua autossuficiência.



12. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *até onde posso avaliar* = extrapolando uma avaliação minha.
 - (B) *sedentarismo infantil* = absorção pueril.
 - (C) *uma anomalia cruel* = uma anormalidade implacável.
 - (D) *movimento virtual* = animação virtuosa.
 - (E) *sentimento de autossuficiência* = extravasão autista.

13. A pontuação está inteiramente adequada na frase:
- (A) Será preciso, talvez, redefinir a infância já que as crianças de hoje, ao que tudo indica nada mais têm a ver com as de ontem.
 - (B) Será preciso, talvez redefinir a infância: já que as crianças, de hoje, ao que tudo indica nada têm a ver, com as de ontem.
 - (C) Será preciso, talvez: redefinir a infância, já que as crianças de hoje ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.
 - (D) Será preciso, talvez redefinir a infância? – já que as crianças de hoje ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.
 - (E) Será preciso, talvez, redefinir a infância, já que as crianças de hoje, ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.

14. (...) *as crianças, seres naturalmente carregados de energia e vitalidade, estão vivendo longas horas diárias de concentração solitária e de imobilidade.*

Pode-se reconstruir com correção e coerência a frase acima, começando por **As crianças estão vivendo longas horas diárias de concentração solitária e de imobilidade** e complementando com

- (A) em que pesem os seres naturais, imbuídos de energia e de vitalidade.
 - (B) não obstante sejam naturalmente providas de muita energia e vitalidade.
 - (C) porquanto constituem-se como seres de natural energia e vitalidade.
 - (D) ainda quando seres incutidos de energia e vitalidade em sua natureza.
 - (E) mesmo quando se mostram atreladas a muita energia e força vital.
15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) (**haver**) de se dar a conhecer, em algum dia do futuro, crianças semelhantes às de tempos passados?
 - (B) Crianças como as de hoje, ao que se sabe, jamais (**haver**), tão absortas e imobilizadas em seus afazeres.
 - (C) Até quando se (**verificar**), em relação às nossas crianças, tamanha incongruência nos valores e nas expectativas educacionais?
 - (D) Quase todo prazer que hoje às crianças se (**re-servar**) por longas horas diárias, está associado à tecnologia.
 - (E) (**caber**) aos pais e professores, sobretudo, proporcionar às crianças espaço e tempo para as necessárias atividades físicas.

Noções de Informática

16. Uma planilha eletrônica Excel 2003 possui os títulos das colunas na primeira linha e os títulos das linhas na primeira coluna. Para congelar na tela tanto os títulos das colunas quanto os títulos das linhas deve-se selecionar
- (A) a primeira célula da primeira linha e da primeira coluna.
 - (B) a segunda célula da segunda linha e da segunda coluna.
 - (C) a primeira linha e a primeira coluna.
 - (D) a segunda linha e a segunda coluna.
 - (E) somente as células com conteúdos de títulos.
17. Para que uma imagem seja inserida em um documento Word 2003 de forma que o texto fique disposto ao redor, por todos os lados da imagem, esta deverá ter o seu *layout* formatado com a opção
- (A) Alinhado, apenas.
 - (B) Atrás ou Na frente.
 - (C) Atrás ou Quadrado.
 - (D) Alinhado ou Comprimido.
 - (E) Quadrado ou Comprimido.
18. Ao compartilhar pastas e impressoras entre computadores, evitando que pessoas não autorizadas possam acessar os arquivos pela Internet, pode-se montar a rede usando um *firewall*, baseado em *hardware*, por meio do dispositivo denominado
- (A) *hub*.
 - (B) *switch*.
 - (C) roteador.
 - (D) repetidor.
 - (E) *cross-over*.
19. NÃO se trata de um dispositivo reconhecido pelo sistema operacional para compartilhar uma pasta contendo arquivos que possam ser acessados a partir de outros computadores:
- (A) Memória RAM.
 - (B) Memória flash USB.
 - (C) Disco rígido.
 - (D) DVD-ROM.
 - (E) Disquete.
20. Todas as janelas abertas e exibidas pelo Windows XP podem ser organizadas, em cascata ou lado a lado, clicando-se com o botão direito do mouse a partir
- (A) do menu Arquivo.
 - (B) do menu Exibir.
 - (C) da Área de trabalho.
 - (D) da Barra de tarefas.
 - (E) da Barra de ferramentas.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) procedimentos em matéria processual.
- (B) desapropriação.
- (C) serviço postal.
- (D) trânsito.
- (E) transporte.

22. É INCORRETO afirmar que entre os bens dos Estados incluem-se

- (A) as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- (B) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- (C) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
- (D) as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
- (E) o mar territorial e os potenciais de energia hidráulica.

23. Os Deputados e os Senadores NÃO poderão, desde a expedição do diploma:

- (A) ser diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
- (B) ser proprietários de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- (C) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (D) patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público.
- (E) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

24. É correto afirmar que as comissões parlamentares de inquérito possuem, dentre outros, poderes de

- (A) inaugurar a sessão legislativa.
- (B) investigação próprios das autoridades judiciais.
- (C) regular a criação de serviços comuns da Câmara dos Deputados.
- (D) elaborar o regimento comum do Senado Federal.
- (E) conhecer do veto e sobre ele deliberar.

25. É princípio institucional do Ministério Público, dentre outros, a

- (A) autodeterminação dos povos.
- (B) divisibilidade.
- (C) dependência funcional.
- (D) unidade.
- (E) concessão de asilo político.

26. No tocante à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária é INCORRETO afirmar que:

- (A) A política agrícola será planejada e executada levando em conta apenas os instrumentos creditícios e fiscais, os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização.
- (B) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra e a propriedade produtiva.
- (C) A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, os requisitos, além de outros previstos na Constituição Federal, de aproveitamento racional e adequado.
- (D) A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, os requisitos, além de outros previstos na Constituição Federal, de utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
- (E) A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.

Direito Eleitoral

27. A respeito da impugnação do registro de candidatura é correto afirmar:

- (A) A impugnação por parte de partido político ou coligação impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.
- (B) A impugnação do pedido de registro do candidato poderá ser feita, em petição fundamentada, por partido político ou coligação, não podendo ser formulada por outro candidato.
- (C) O prazo para impugnação é de 5 dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato.
- (D) O impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, sendo vedada a produção de prova testemunhal.
- (E) Quando se tratar de candidato a Deputado Federal, a arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral.

28. A respeito das prestações de contas referentes à arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, considere:

- I. As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.
- II. A indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores deverá obrigatoriamente ser divulgada, pela rede mundial de computadores (internet), nos relatórios dos dias 6 de agosto e 6 de setembro do ano das eleições.
- III. A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas não impede a diplomação dos candidatos, enquanto perdurar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.



<p>29. A partir de 1º de julho do ano da eleição é permitido às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário,</p> <p>(A) veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes.</p> <p>(B) divulgar debates políticos entre candidatos.</p> <p>(C) dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação.</p> <p>(D) divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou com a variação nominal por ele adotada.</p> <p>(E) usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou de vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação.</p>	<p>33. Certidões, pareceres e o apostilamento de direitos são espécies de atos administrativos</p> <p>(A) punitivos.</p> <p>(B) negociais.</p> <p>(C) ordinatórios.</p> <p>(D) normativos.</p> <p>(E) enunciativos.</p>
<p>30. A respeito da investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional.</p> <p>(B) O Corregedor-Geral ou Regional, que terá as mesmas atribuições do Relator em processos judiciais, indeferirá desde logo a inicial, quando não for o caso de representação ou lhe faltar algum requisito legal.</p> <p>(C) No caso do Corregedor-Geral ou Regional indeferir a representação, ou retardar-lhe a solução, poderá o interessado renová-la perante o Tribunal competente, que resolverá dentro de vinte e quatro horas.</p> <p>(D) Findo o prazo para defesa, serão ouvidas as testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado até o máximo de seis para cada um, as quais comparecerão independentemente de intimação.</p> <p>(E) Terminado o prazo para as alegações finais, os autos serão conclusos ao Corregedor, que julgará a representação, declarando, no caso de procedência, a inelegibilidade do representado e quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes as sanções previstas em lei.</p>	<p>34. De acordo com a Lei nº 8.666/93, constituem tipos de licitação, EXCETO na modalidade concurso, dentre outros,</p> <p>(A) empreitada por preço global e empreitada integral.</p> <p>(B) menor preço e técnica e preço.</p> <p>(C) convite e tomada de preços.</p> <p>(D) execução direta e execução indireta.</p> <p>(E) menor preço e tarefa.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>31. A publicidade de ato administrativo que produz consequências jurídicas fora do órgão que o emite</p> <p>(A) confere-lhe validade perante as partes e terceiros.</p> <p>(B) é requisito de eficiência e impessoalidade.</p> <p>(C) convalida o ato, ainda que irregular.</p> <p>(D) é elemento formativo do ato.</p> <p>(E) é sempre necessária, não sendo admitido o sigilo.</p> <p>32. O poder de polícia</p> <p>(A) na área administrativa não difere do poder de polícia na área judiciária.</p> <p>(B) é exercido por meio de medidas preventivas, vedadas as medidas repressivas.</p> <p>(C) tem como atributos, dentre outros, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.</p> <p>(D) tem como fundamentos os princípios da legalidade e da moralidade.</p> <p>(E) não se subordina a limites, visto que, sendo prioritariamente discricionário, a forma de atuação fica ao livre arbítrio da autoridade.</p>	<p>35. Sobre as formas de utilização dos bens públicos por particulares, considere:</p> <p>I. Ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.</p> <p>II. Ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.</p> <p>III. Contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, de caráter resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos, dentre eles, os de regularização fundiária de interesse social e de urbanização.</p> <p>Esses conceitos referem-se, respectivamente, a</p> <p>(A) concessão de direito real de uso, enfiteuse e autorização.</p> <p>(B) permissão de uso, concessão de uso e enfiteuse.</p> <p>(C) autorização, concessão de uso e permissão de uso.</p> <p>(D) autorização de uso, permissão de uso e concessão de direito real de uso.</p> <p>(E) permissão de uso, enfiteuse e aluguel.</p>
	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>36. Considere as seguintes assertivas a respeito da ausência:</p> <p>I. Decorrido seis meses da arrecadação dos bens do ausente poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.</p> <p>II. Na falta de descendente, a curadoria dos bens do ausente incumbe ao cônjuge ou aos pais não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.</p> <p>III. Dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.</p> <p>IV. Pode-se requerer a sucessão definitiva, provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.</p> <p>De acordo com o Código Civil Brasileiro está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>



37. O negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, quando tal fato devia ser do conhecimento de quem o contratou, é
- (A) nulo, sendo de 180 dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo decadencial para pleitear-se a anulação.
- (B) anulável, sendo de 180 dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo decadencial para pleitear-se a anulação.
- (C) anulável, sendo de um ano, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo decadencial para pleitear-se a anulação.
- (D) nulo, sendo de um ano, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo decadencial para pleitear-se a anulação.
- (E) anulável, sendo de dois anos, a contar do conhecimento da nulidade, o prazo decadencial para pleitear-se a anulação.

38. A interrupção da prescrição

- (A) por um dos credores solidários não aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário não envolve os demais.
- (B) poderá ocorrer no máximo duas vezes, sendo a terceira interrupção automaticamente desconsiderada.
- (C) por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor prejudica aos demais coobrigados.
- (D) ocorrerá, dentre outras hipóteses, por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- (E) operada contra um dos herdeiros do devedor solidário, em regra, prejudica os outros herdeiros.

39. Considere as seguintes assertivas a respeito da transmissão das obrigações:

- I. Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a primeira cessão formalmente e legalmente realizada independentemente da tradição.
- II. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- III. Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.
- IV. Em regra, consideram-se extintas, a partir da assunção da dívida, as garantias especiais originariamente dadas pelo devedor primitivo ao credor.

De acordo com o Código Civil Brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

40. Sobre a relação de parentesco é INCORRETO afirmar:

- (A) Na linha reta, a afinidade se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.
- (B) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
- (C) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal.
- (D) Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.
- (E) Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível.

Direito Processual Civil

41. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo, quando interposta de sentença que

- (A) condenar à prestação de alimentos.
- (B) homologar a divisão ou a demarcação.
- (C) julgar a liquidação de sentença.
- (D) decidir o processo cautelar.
- (E) julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.

42. Considere as seguintes assertivas a respeito do processo cautelar:

- I. O processo cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.
- II. O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 5 dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- III. Cabe à parte propor a ação, no prazo de 60 dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.
- IV. Só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

43. Com relação à ação de prestação de contas, é correto afirmar:

- (A) A ação de prestação de contas é restritiva e competirá apenas a quem tiver o direito de exigí-la.
- (B) Aquele que pretender exigir a prestação de contas requererá a citação do réu para, no prazo de 15 dias, as apresentar ou contestar a ação.
- (C) Prestadas as contas, terá o autor 10 dias para dizer sobre elas.
- (D) Se o réu não apresentar as contas dentro do prazo legal, apresentá-las-á o autor dentro de 10 dias.
- (E) O saldo credor declarado na sentença não poderá ser cobrado em execução forçada.



44. No processo de conhecimento, os embargos de terceiro podem ser opostos
- (A) até a publicação da sentença de primeiro grau.
 - (B) até o julgamento de recurso de apelação.
 - (C) até o julgamento de recurso especial ou extraordinário.
 - (D) até a publicação do acórdão do julgamento de recurso de apelação.
 - (E) a qualquer tempo enquanto não transitada em julgado a sentença.

45. Considere as seguintes assertivas a respeito do procedimento sumário:

- I. Observar-se-á o procedimento sumário na ação de cobrança, qualquer que seja o valor, ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
- II. Observar-se-á o procedimento sumário nas causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o valor do salário mínimo.
- III. Na petição inicial, o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, não podendo indicar assistente técnico.
- IV. No procedimento sumário, em regra, não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

46. Joana propôs ação no Juizado Especial Cível Estadual (Lei nº 9.099/95) que foi julgada improcedente. Tendo em vista obscuridade na sentença, Joana protocolou Embargos de Declaração no terceiro dia após a data da audiência em que foi publicada a sentença. Neste caso, publicado o resultado do julgamento dos referidos Embargos, Joana terá mais

- (A) dez dias para interpor recurso de apelação, tendo em vista que os Embargos de Declaração interrompem o prazo para recurso.
- (B) sete dias para interpor recurso de apelação, tendo em vista que os Embargos de Declaração suspendem o prazo para recurso.
- (C) treze dias para interpor recurso de apelação, tendo em vista que os Embargos de Declaração suspendem o prazo para recurso.
- (D) sete dias para interpor recurso de apelação, tendo em vista que os Embargos de Declaração interrompem o prazo para recurso.
- (E) dez dias para interpor recurso de apelação, tendo em vista que os Embargos de Declaração suspendem o prazo para recurso.

Direito Penal

47. **A** ingressa na residência de **B**, sem consentimento, porém desiste de cometer a subtração. Sobre essa hipótese é INCORRETO afirmar que:
- (A) Há desistência voluntária em relação ao furto se o agente pressentiu a impossibilidade de êxito da empreitada criminosa e, por esse motivo, resolveu fugir.
 - (B) Há desistência voluntária em relação ao furto se o agente não foi coagido, moral ou materialmente, à interrupção do *iter criminis*.
 - (C) Há tentativa punível de furto se a desistência ocorreu em razão do funcionamento do sistema de alarme do imóvel.
 - (D) Se a desistência quanto ao furto foi voluntária, o agente responderá, apenas, pelo crime de invasão de domicílio.
 - (E) Não há desistência voluntária se o agente suspendeu a execução do furto e continuou a praticá-lo, posteriormente, aproveitando-se dos atos já executados.

48. Considere as assertivas abaixo.

- I. Há dolo eventual quando o agente, embora prevenido o resultado, não quer que ele ocorra nem assume o risco de produzi-lo.
- II. Há culpa inconsciente quando, embora previsível o resultado, o agente não o prevê por descuido, desatenção ou desinteresse.
- III. No crime preterdoloso, a conduta inicial é dolosa, mas o resultado dela advindo é culposo.
- IV. Em todos os crimes contra o patrimônio, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

49. Considere as assertivas abaixo.

- I. Oferecer quantia em dinheiro para obter o voto de eleitor que, entretanto, não aceita a oferta.
- II. Fornecer alimentação e transporte coletivo gratuito a eleitores, no dia da eleição, qualquer que seja a finalidade do agente.
- III. Fazer uso de fotocópia não autenticada de documento público falso, para fins eleitorais.
- IV. Falsificar documento verdadeiro emanado de Fundação do Estado, para fins eleitorais.

A alternativa que contém APENAS crimes eleitorais é:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.



<p>50. Sobre a denúncia caluniosa é correto afirmar:</p> <p>(A) A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de crime de menor potencial ofensivo.</p> <p>(B) Consiste em provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.</p> <p>(C) As penas aumentam-se de um sexto a um terço se, em razão da denúncia falsa, a pessoa injustamente acusada vem a ser condenada por sentença transitada em julgado.</p> <p>(D) O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo que tramita contra a pessoa injustamente acusada, o agente se retrata ou declara a verdade.</p> <p>(E) A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato.</p>	<p>54. Após oferecida resposta pela defesa, havendo prova inequívoca de que a pessoa denunciada cometeu o crime em legítima defesa putativa, o Juiz deverá</p> <p>(A) abrir vista dos autos ao Ministério Público para aditar a inicial.</p> <p>(B) rejeitar a denúncia ou a queixa.</p> <p>(C) julgar extinta a punibilidade do agente.</p> <p>(D) declará-la inimputável.</p> <p>(E) absolvê-la sumariamente.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>51. Suscitada questão prejudicial obrigatória, poderá ter como consequência:</p> <p>(A) a suspensão do curso da ação penal até a solução da controvérsia sobre o estado das pessoas no Juízo Cível, por sentença transitada em julgado.</p> <p>(B) a interposição de recurso em sentido estrito, caso seja denegada a suspensão do curso da ação penal.</p> <p>(C) a suspensão do curso do inquérito policial e da ação penal, vedada a produção de prova.</p> <p>(D) a suspensão da ação penal por prazo determinado, que poderá ser razoavelmente prorrogado, se a demora não for imputável à parte.</p> <p>(E) a suspensão do processo e, tratando-se de ação penal pública ou privada, a intervenção do Ministério Público na causa civil, para o fim de promover-lhe o rápido andamento.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Administração Pública</p> <p>55. É mencionado expressamente no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o princípio da</p> <p>(A) efetividade.</p> <p>(B) eficiência.</p> <p>(C) eficácia.</p> <p>(D) proporcionalidade.</p> <p>(E) razoabilidade.</p>
<p>52. O réu foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, "caput", do Código Penal, porém a prova colhida na fase de instrução demonstra que ele não subtraiu a coisa alheia mas, sim, apropriou-se de coisa de que tinha a posse. Nesse caso, o Juiz deverá</p> <p>(A) condenar o réu às penas do artigo 168, "caput", do Código Penal, sem necessidade de aditamento à inicial, já que os crimes são igualmente apenados.</p> <p>(B) julgar o processo, atribuindo ao fato definição jurídica diversa, ainda que tenha que aplicar pena mais grave.</p> <p>(C) determinar a abertura de vista dos autos ao Ministério Público para proceder ao aditamento da denúncia.</p> <p>(D) anular o processo desde o início, pois o réu defendeu-se de um fato diferente daquele na verdade ocorrido.</p> <p>(E) condenar o réu às penas do furto, posto que não pode obrigar o Ministério Público a dar nova definição jurídica ao fato.</p>	<p>56. A conformação dos atos da Administração Pública aos padrões éticos dominantes na sociedade para a gestão dos bens e interesses públicos, sob pena de invalidade jurídica, decorre da observância ao princípio da</p> <p>(A) responsabilidade administrativa.</p> <p>(B) proibidade.</p> <p>(C) eficiência.</p> <p>(D) moralidade.</p> <p>(E) impessoalidade.</p>
<p>53. Sobre o Juizado Especial Federal Criminal é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Será instalado por decisão do Tribunal Regional Federal.</p> <p>(B) Na reunião de processos da competência daquele juizado perante o juízo comum, decorrente da aplicação da regra de conexão, não será admitida a composição dos danos civis.</p> <p>(C) A designação dos juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento.</p> <p>(D) O juiz federal poderá determinar o funcionamento daquele juizado em caráter itinerante.</p> <p>(E) Compete-lhe processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.</p>	<p>57. De acordo com o Decreto Federal nº 5.482 de 30 de junho de 2005, que dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores – Internet, o órgão responsável pela gestão do Portal da Transparência é</p> <p>(A) o Tribunal de Contas da União.</p> <p>(B) o Senado Federal.</p> <p>(C) a Controladoria Geral da União.</p> <p>(D) a Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) a Secretaria do Tesouro Nacional.</p>
	<p>58. A Lei Complementar nº 131/2009 que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência pública, determina a disponibilização de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Essa Lei estabelece que todos os gastos e receitas públicos deverão ser divulgados em meios eletrônicos. O prazo para Municípios com mais de 100 mil habitantes, União, Estados e Distrito Federal se adequarem a nova norma é de</p> <p>(A) 1 ano.</p> <p>(B) 2 anos.</p> <p>(C) 3 anos.</p> <p>(D) 4 anos.</p> <p>(E) 6 meses.</p>
	<p>59. Considerando as espécies de Agentes Públicos previstos na doutrina, com base nas funções a estes atribuídas, Ministros e Secretários de Estados são classificados como Agentes</p> <p>(A) Delegados.</p> <p>(B) Honoríficos.</p> <p>(C) Políticos.</p> <p>(D) Administrativos.</p> <p>(E) Comissionados.</p>



60. Do gênero agente público, a espécie agente administrativo, representa a grande massa de prestadores de serviços, subdividindo-se esta no mínimo em três categorias, a saber:
- (A) Temporários, Comissionados e Concursados.
 - (B) Servidores Públicos, Empregados Comissionados e Temporários.
 - (C) Empregados Públicos, Agentes Comissionados e Delegados.
 - (D) Servidores Públicos, Empregados Públicos e Temporários.
 - (E) Concursados, Funcionários Públicos e Comissionados.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

61. Silvana atua como instrutora em curso de formação, regularmente instituído no âmbito da Administração Pública Federal. Nesse caso, no que se refere à gratificação por encargo de curso, é certo que essa vantagem
- (A) incorpora-se à remuneração da servidora para alguns efeitos como a aposentadoria e disponibilidade, podendo ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens a que tiver direito.
 - (B) não se incorpora ao vencimento da servidora para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo dos proventos da aposentadoria.
 - (C) incorpora-se ao vencimento da servidora para todos os efeitos, mas não poderá ser utilizada como base de cálculo para as demais vantagens, inclusive para os proventos da aposentadoria.
 - (D) não se incorpora aos vencimentos da servidora para qualquer efeito, mas poderá ser utilizada como base de cálculo dos proventos da aposentadoria.
 - (E) não se incorpora à remuneração ou salário da servidora, salvo para efeito da aposentadoria ou disponibilidade, vedada sua utilização como base de cálculo de outras vantagens e adicionais.
62. Benedita aposentou-se por invalidez. Entretanto, junta médica oficial julgou insubsistente os motivos de sua aposentadoria. Nesse caso, é certo que, dentre outras situações pertinentes,
- (A) o tempo de até cento e oitenta dias em que a servidora estiver em exercício não poderá ser contado para a concessão da aposentadoria.
 - (B) a servidora poderá reverter em qualquer cargo, a critério da Administração.
 - (C) a reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.
 - (D) poderá dar-se a reversão, ainda que a servidora tenha completado setenta anos de idade.
 - (E) encontrando-se provido o cargo, a servidora ficará em disponibilidade pelo período de até dois anos.

63. Carlos, titular de cargo efetivo junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está sendo responsabilizado por valer-se do exercício de suas funções para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública. Nesse caso, o servidor estará sujeito à pena de
- (A) demissão, incompatibilizando-o para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.
 - (B) destituição do cargo público, ficando vedado seu retorno ao serviço público federal, mas podendo concorrer a cargo estadual ou municipal.
 - (C) destituição de suas funções e declaração de sua inidoneidade para o serviço público.
 - (D) suspensão de noventa dias, vedada a conversão da pena em multa pecuniária.
 - (E) demissão, ficando vedada sua investidura em cargo público pelo prazo de dois anos.

64. O órgão administrativo competente do Tribunal Regional Eleitoral, perante o qual tramita um processo administrativo, determinou a intimação de Cláudio Silva, interessado, com domicílio definido e responsável legal pela empresa "Dados Ltda.", para que tenha ciência da efetivação de diligências. Nesse caso, dentre outros, NÃO é requisito da intimação:
- (A) a indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.
 - (B) que o intimado deve comparecer, pessoalmente ou fazer-se representar.
 - (C) a informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento.
 - (D) o fato de que ocorrerá a intimação por edital se ele não comparecer.
 - (E) a observância da antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

65. Ana Lúcia, servidora pública federal, atuando em processo administrativo, incorreu em impedimento. Nesse caso, quanto ao processo administrativo em curso, Ana Lúcia
- (A) deve comunicar o fato à autoridade competente para que seja substituído, mas deve abster-se de atuar, pelos menos durante dez dias, sendo que a omissão não implica em falta grave.
 - (B) deve providenciar sua substituição dentro do prazo de dez dias, mas poderá manter a atuação tendo em vista o princípio da continuidade do serviço público.
 - (C) poderá solicitar sua substituição, sendo que a omissão não constitui qualquer falta disciplinar, visto que pode continuar atuando, ainda que com ressalvas, por força do princípio da continuidade do serviço público.
 - (D) não precisará comunicar o fato à autoridade competente, porém deverá abster-se de atuar, sendo que a omissão da comunicação não implica em falta disciplinar.
 - (E) deve comunicar o fato à autoridade competente, abstando-se de atuar, sendo que a omissão deve constituir falta grave, para efeitos disciplinares.



**Regimento Interno do Tribunal Regional
Eleitoral de Alagoas**

66. Em tema de recursos eleitorais, é correto que:
- (A) A distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal previnirá a competência do relator para todos os demais casos do mesmo Município.
- (B) Sempre que a lei não fixar prazo, o recurso deverá ser interposto em cinco dias contados do julgamento.
- (C) Os recursos eleitorais terão efeito suspensivo, exceto quando referentes a recurso contra diplomação ou matéria relativa a inelegibilidade.
- (D) Será admitido recurso contra apuração e eventuais nulidades argüidas, ainda que não tenha havido impugnação perante a Junta, no ato da apuração.
- (E) Se a Procuradoria Eleitoral emitir seu parecer no prazo legal, caberá a parte interessada requerer a inclusão do processo na pauta, devendo o recorrente se pronunciar por escrito.

67. Dentre outras hipóteses, caberá recurso ordinário das decisões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, quando
- (A) denegarem mandado de injunção e revisão.
- (B) concederem *habeas corpus* e embargos de declaração.
- (C) concederem mandado de segurança ou *habeas data*.
- (D) forem proferidas contra expressa disposição de lei.
- (E) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais.

68. Quanto aos impedimentos e suspeições, considere:
- I. Não poderá o juiz, dar-se por suspeito ou impedido, se afirmar a existência de motivo de ordem íntima que, em consciência, o iniba de julgar.
- II. Da decisão rejeitada liminarmente pelo revisor por manifesta improcedência, caberá embargos de declaração para a mesma turma julgadora.
- III. Declarada a suspeição pelo arguido, não será considerado nulo o que já tiver sido processado perante o juiz suspeito, após o fato que a ocasionou, exceto em caso de impedimento.
- IV. A arguição de suspeição ou impedimento será sempre individual, não ficando os demais juízes impedidos de apreciá-la, ainda que também recusados.
- V. Será ilegítima a arguição de impedimento quando o arguente a tiver provocado ou, depois de manifestada a causa, praticar ato que importe a aceitação do juiz recusado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 (B) I e V.
 (C) II, III e IV.
 (D) III e IV.
 (E) IV e V.

69. Quanto ao Corregedor Regional Eleitoral é INCORRETO afirmar:

- (A) Os provimentos emanados da Corregedoria Regional vinculam os Juízes Eleitorais, que lhes devem dar imediato e preciso cumprimento.
- (B) A competência do Corregedor, para aplicação de pena disciplinar a funcionários das Zonas Eleitorais, exclui, em qualquer caso, a dos respectivos Juízes Eleitorais.
- (C) Quando ausente da Capital do Estado, o Corregedor será substituído, se necessário *quorum* especial para julgamento, pelo substituto da mesma classe.
- (D) O Corregedor exerce, cumulativamente, as funções de Membro do Tribunal e as do Corregedor.
- (E) O Corregedor será escolhido mediante votação pelos seus pares, dentre os juízes efetivos do Tribunal, excetuados o Presidente e o Vice-Presidente.

70. Em matéria de prazos, considere as situações abaixo:

- a eleição de sucessor do cargo de Presidente do Tribunal, vago no curso do biênio;
- o Procurador Regional Eleitoral, opinar sobre inquérito administrativo, após igual prazo da defesa;
- o Procurador Regional Eleitoral diante de inquérito da competência originária do Tribunal, oferecer denúncia ou requerer o arquivamento;
- o acusado denunciado por crime eleitoral e devidamente notificado, apresentar resposta escrita;
- a apresentação de defesa prévia de magistrado notificado para tanto em sindicância disciplinar perante o Tribunal.

Nesses casos, os prazos serão, respectivamente, de

- (A) 5 dias; 30 dias; 10 dias; 10 dias; 15 dias.
 (B) 10 dias; 10 dias; 5 dias; 30 dias; 15 dias.
 (C) 10 dias; 15 dias; 30 dias; 5 dias; 10 dias.
 (D) 15 dias; 5 dias; 15 dias; 10 dias; 30 dias.
 (E) 30 dias; 5 dias; 10 dias; 15 dias; 10 dias.

